

**INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA****Despacho n.º 8124/2025**

**Sumário:** Estatutos da Escola Superior de Dança.

A Escola Superior de Dança foi criada em 1983, no âmbito de uma reforma do ensino artístico, ministrado no Conservatório Nacional e escolas afins, e integrada no ensino superior politécnico, em 1985. Situa-se, assim, na continuidade da tradição própria do ensino profissional artístico, que remonta à criação, em 1836, do Conservatório Geral de Artes Dramáticas, em que o ensino da Dança se encontrava associado ao da Música e ao do Teatro;

Estes Estatutos foram elaborados em conformidade com o disposto no Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, na redação atual e com os Estatutos do Instituto Politécnico de Lisboa na redação conferida pelo Despacho Normativo n.º 5/2025, de 10 de abril.

Ao abrigo do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 30.º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Lisboa, homologados pelo Despacho Normativo n.º 5/2025, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 71, de 10 de abril, e do disposto no artigo 96.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, na redação atual, que aprovou o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), homologo os novos Estatutos da Escola Superior de Dança (ESD), aprovados em sessão do Conselho de Representantes daquela unidade orgânica, realizada a 23 de abril de 2025, que revogam os anteriores Estatutos da ESD, homologados pelo Despacho n.º 11625/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 137, de 16 de julho, alterado pelo Despacho n.º 6328/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 72, de 12 de abril.

7 de julho de 2025. — O Presidente do IPL, Prof. Doutor António José da Cruz Belo.

**ANEXO****CAPÍTULO I****Disposições gerais****SECÇÃO I****Princípios fundamentais****Artigo 1.º****Natureza**

1 — A Escola Superior de Dança, adiante designada por ESD, está integrada no Instituto Politécnico de Lisboa, adiante designado também por IPL, constituindo uma das suas unidades orgânicas.

2 — A ESD é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, cultural, artística, científica, pedagógica e administrativa, nos termos da lei, dos Estatutos do IPL e dos presentes Estatutos.

**Artigo 2.º****Missão, Objetivos e Princípios**

1 — A ESD tem como missão produzir, ensinar e divulgar conhecimento nos domínios da prática e do ensino em dança, promovendo a formação cultural, artística, técnica e científica de todos os seus

membros, com vista à formação de profissionais altamente qualificados e socialmente relevantes no campo da dança, visando ainda o estabelecimento de relações de proximidade com a comunidade.

2 — A ESD concretiza a sua missão, tendo como objetivos:

- a) Integrar, numa formação coerente, uma diversidade de práticas e de saberes desenvolvidos no campo da dança;
- b) Proporcionar condições para o desenvolvimento individual, criativo e técnico, necessário à plena realização artística e profissional;
- c) Promover o contacto com diversas orientações artísticas, estéticas, técnicas e metodologias de investigação em dança, adotando uma visão global e aberta;
- d) Fomentar o diálogo com outros domínios da prática e do conhecimento artístico, pedagógico e científico, necessários a um aprofundamento da dança, enquanto prática artística e pedagógica, implicada com as demais artes, bem como ao conhecimento do corpo humano, do seu funcionamento e expressão;
- e) Integrar no seu currículo matérias que contribuam para a consciencialização de que a dança é uma prática e um modo de conhecimento incorporados, com uma dimensão sociocultural e uma vertente política intrínsecas;
- f) Organizar projetos de criação, produção e investigação nos âmbitos da dança e do ensino da dança;
- g) Manter contactos privilegiados com o meio profissional da dança, a nível nacional e internacional, nomeadamente através da cooperação com companhias profissionais e instituições de formação em dança;
- h) Prestar serviços à comunidade;
- i) Desenvolver projetos de formação contínua, de atualização e de reconversão de profissionais do espetáculo e de professores de dança.

3 — A ESD, enquanto instituição, assume o compromisso de se reger pelos seguintes princípios de conduta, com aplicação universal:

- a) Serviço público;
- b) Competência e responsabilidade;
- c) Isenção e imparcialidade;
- d) Organização e gestão democrática;
- e) Liberdade, igualdade, diversidade e inclusão;
- f) Responsabilidade social, ambiental e económica;
- g) Abertura e participação ativa na sociedade;
- h) Promoção e avaliação da qualidade.

### Artigo 3.º

#### Atribuições

1 — São atribuições da ESD:

- a) Ministrando cursos do 1.º, 2.º ou 3.º ciclos;
- b) Realizar cursos de especialização, atualização e de reconversão profissional creditáveis com certificados ou diplomas adequados;

c) Realizar programas e projetos de criação, produção e investigação artísticas;

d) Organizar ou cooperar em atividades de extensão educativa, artística, cultural e técnica, numa ótica de prestação de serviços à comunidade.

2 — No âmbito das suas atribuições, a ESD pode estabelecer acordos, convénios e protocolos de cooperação com instituições congéneres e, bem assim, com organismos públicos ou privados, nacionais e estrangeiros, nos termos da legislação em vigor e dos presentes Estatutos.

3 — A ESD pode constituir ou participar, sem fins lucrativos, na constituição de pessoas coletivas de direito público ou privado, de natureza institucional ou associativa, cujas finalidades sejam compatíveis com as suas.

#### Artigo 4.º

##### **Graus, títulos, certificados e diplomas**

1 — A ESD participa, de acordo com a lei em vigor, na concessão pelo IPL de:

a) Graus e diplomas correspondentes aos cursos que ministra;

b) Equivalências, reconhecimentos de graus e diplomas correspondentes aos cursos que ministra e aos graus e diplomas que confere.

2 — A ESD pode atribuir certificados comprovativos de formações realizadas sob sua responsabilidade científica e pedagógica, nomeadamente em cursos ou ações de formação complementar, de atualização profissional ou de formação contínua.

3 — A ESD poderá propor ao IPL a concessão de títulos honoríficos.

#### Artigo 5.º

##### **Estudantes e Alumni**

1 — A ESD apoia a Associação dos seus Estudantes, disponibilizando espaços para o seu efetivo funcionamento, e colabora na viabilização de projetos que se enquadrem no Plano de Atividades da Escola.

2 — A ESD procura manter uma relação com os seus antigos diplomados (*alumni*), desenvolvendo ações conducentes ao conhecimento e acompanhamento das suas carreiras profissionais, podendo, neste âmbito apoiar a realização de encontros e outras manifestações de âmbitos cultural, científico e recreativo.

3 — No âmbito da promoção para o desenvolvimento estratégico, a ESD apoia e fomenta a criação de redes *alumni*.

#### Artigo 6.º

##### **Símbolos**

1 — A ESD possui selo branco, timbre e outros símbolos.

2 — O Dia da ESD é celebrado a 22 de novembro, data de publicação do Decreto do Governo pelo qual a Escola Superior de Dança é integrada no Instituto Politécnico de Lisboa.

**SECÇÃO II****Autonomias****Artigo 7.º****Autonomia estatutária**

A autonomia estatutária da ESD decorre da lei e dos Estatutos do IPL e envolve a capacidade para:

- a) Definir a sua estrutura interna e os princípios que orientam as suas atividades;
- b) Assumir as atribuições previstas na lei, nos Estatutos do IPL e nos presentes Estatutos.

**Artigo 8.º****Autonomia cultural e artística**

A ESD goza de autonomia cultural e artística nos termos da qual tem capacidade para definir o seu programa de formação e de iniciativas culturais e artísticas, por si só ou em colaboração com entidades artísticas, culturais, científicas, profissionais, empresariais, e outras, nacionais e estrangeiras, relacionadas com a atividade da ESD, bem como com organismos e serviços da administração central e local.

**Artigo 9.º****Autonomia científica e pedagógica**

A autonomia científica e pedagógica da ESD envolve a capacidade para, livremente:

- a) Propor a criação, alteração, suspensão e extinção de cursos de formação bem como os respetivos planos de estudo;
- b) Decidir sobre os conteúdos das unidades curriculares dos cursos que ministra;
- c) Decidir sobre os projetos de investigação a desenvolver;
- d) Fixar, nos termos da lei, as regras de acesso, matrícula, inscrição, reingresso, transferência e mudança de curso;
- e) Estabelecer os regimes de frequência e avaliação;
- f) Definir as condições e os métodos de ensino a praticar;
- g) Fixar o calendário escolar, nos termos da lei geral;
- h) Definir os serviços a prestar à comunidade;
- i) Definir as demais atividades científicas e culturais a realizar;
- j) Decidir sobre equivalências e reconhecimentos de grau, diplomas, cursos e componentes de cursos;
- k) Instituir prémios escolares.

**Artigo 10.º****Autonomia administrativa**

A autonomia administrativa da ESD envolve a capacidade de:

- a) Dispor de orçamento anual;
- b) Propor o recrutamento de pessoal docente e não docente necessário à prossecução dos seus objetivos;

- c) Atribuir responsabilidades e tarefas, de acordo com as normas gerais aplicáveis;
- d) Gerir, no plano financeiro, o orçamento que lhe for atribuído pelo Conselho Geral do IPL, em conformidade com a lei;
- e) Assegurar a gestão e o normal funcionamento da ESD.

## **CAPÍTULO II**

### **Estrutura Interna**

#### **Artigo 11.º**

#### **Tipologia de Estruturas**

1 — A ESD integra as seguintes componentes, identificadas pelos objetivos que prosseguem e pelas funções que desempenham:

- a) Órgãos de Governo;
- b) Órgãos de Coordenação Pedagógica, Artística e Científica;
- c) Serviços.

2 — A ESD pode dispor de estruturas de investigação e criação artísticas.

#### **SECÇÃO I**

#### **Órgãos de Governo**

#### **Artigo 12.º**

#### **Denominação**

São órgãos de governo da ESD o conselho de representantes, o/a presidente, o conselho técnico-científico e o conselho pedagógico

#### **SUBSECÇÃO I**

#### **Conselho de Representantes**

#### **Artigo 13.º**

#### **Composição**

1 — O conselho de representantes é composto por quinze membros, sendo:

- a) Nove representantes do corpo docente e de investigadores/as;
- b) Quatro representantes do corpo discente;
- c) Dois representantes do pessoal técnico, administrativo e de gestão.

#### **Artigo 14.º**

#### **Eleição e Mandato**

1 — Os membros do conselho de representantes são eleitos pelo conjunto dos seus pares, pelo sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt, nos termos de um regulamento eleitoral elaborado pelo próprio conselho.

2 – A eleição dos membros é efetuada por corpos e por voto secreto.

3 – As listas concorrentes às eleições para o conselho de representantes devem conter o seguinte número de candidatos/as:

a) As listas de docentes e investigadores/as, nove candidatos/as efetivos/as e entre cinco a nove suplentes, cumprindo a legislação relativa às questões de paridade de género;

b) As listas de estudantes, quatro candidatos/as efetivos/as e quatro suplentes, cumprindo a legislação relativa às questões de paridade de género;

c) As listas do pessoal técnico, administrativo e de gestão, dois/as candidatos/as efetivos/as e dois/duas suplentes.

4 – Na composição das listas de docentes e discentes deve ser respeitada, tanto quanto possível, a representatividade de docentes e discentes de todos os ciclos e cursos ministrados na ESD.

5 – O mandato dos membros representantes do corpo docente e do pessoal técnico, administrativo e de gestão do conselho de representantes tem a duração de quatro anos, podendo ser renovado sem limitações.

6 – O mandato dos membros representantes do corpo discente é de um ano escolar, podendo ser renovado enquanto perdurar a condição de discente.

#### Artigo 15.º

##### **Presidência do Conselho de Representantes**

1 – O/A presidente do conselho de representantes é eleito/a de entre os membros representantes do corpo docente que o constituem.

2 – Sob proposta do/a Presidente do Conselho de Representantes, o conselho elege:

a) Um/a vice-presidente de entre os/as representantes do corpo docente cujo mandato coincide com o do/a Presidente e que o/a substitui nas suas faltas e impedimentos;

b) Um secretário.

3 – A duração do mandato do/a presidente do conselho de representantes é de quatro anos, podendo ser renovado por mais um mandato consecutivo.

4 – O mandato do secretário é de um ano escolar.

#### Artigo 16.º

##### **Competências**

São competências do conselho de representantes:

a) Organizar o procedimento de eleição e eleger o/a presidente da ESD;

b) Decidir sobre a eventual destituição do/a presidente, exigindo este ato a respetiva fundamentação, de acordo com as disposições legais em vigor.

c) Apreciar e aprovar o plano anual de atividades a apresentar pelo/a presidente que deverá incluir o respetivo projeto orçamental;

d) Aprovar os relatórios anuais de atividades e de contas da ESD;

e) Elaborar e aprovar alterações aos presentes Estatutos e decidir sobre as dúvidas da sua aplicação;

f) Elaborar e aprovar o seu regimento;

g) Dar parecer sobre qualquer assunto que lhe seja submetido pelos/as restantes presidentes dos órgãos de governo da ESD;

h) Pronunciar-se sobre qualquer assunto relevante para o desempenho da missão da ESD ou para os seus corpos docente, discente e do pessoal técnico, administrativo e de gestão, a requerimento de, pelo menos, um terço dos seus membros.

### Artigo 17.º

#### **Funcionamento**

1 — O conselho de representantes funciona em plenário para deliberar no âmbito das suas competências.

2 — No exercício das suas competências próprias, as deliberações do conselho de representantes são aprovadas por maioria absoluta de votos dos membros presentes à reunião, salvo nos casos em que, por disposição legal ou por força dos presentes estatutos, se exija maioria qualificada ou seja suficiente maioria relativa.

3 — No exercício das competências referidas na alínea e) do artigo 16.º, no que concerne à aprovação das alterações dos presentes estatutos, a deliberação do conselho de representantes exige maioria qualificada de dois terços.

4 — O conselho de representantes terá reuniões ordinárias e extraordinárias, reunindo obrigatoriamente pelo menos duas vezes em cada ano letivo.

5 — O conselho de representantes só pode reunir se estiver presente a maioria dos seus membros em efetividade de funções.

6 — As convocatórias para as reuniões do conselho de representantes são feitas pelo/a seu/sua presidente por iniciativa deste/desta ou a requerimento de pelo menos um terço dos seus membros.

### SUBSECÇÃO II

#### **Presidente**

### Artigo 18.º

#### **Presidente**

O/A presidente é o órgão superior de governo e de representação externa da ESD.

### Artigo 19.º

#### **Eleição**

1 — O/a presidente é eleito/a pelo conselho de representantes, por voto secreto, nos termos estabelecidos pelos presentes Estatutos.

2 — Podem ser eleitos para o cargo de presidente os/as professores/as de carreira da ESD ou de outras instituições nacionais ou estrangeiras de ensino superior e ainda individualidades de reconhecido mérito e experiência profissional relevante.

3 — O processo eleitoral terá início sessenta dias antes de concluído o mandato do/a presidente cessante, com o anúncio público da sua abertura.

4 — Os/as candidatos/as deverão apresentar a declaração de candidatura ao/à presidente da mesa do conselho de representantes da ESD no prazo de quinze dias após o início do processo eleitoral, bem como o programa de ação da respetiva candidatura.

5 – A declaração de candidatura tem de ser subscrita por, pelo menos, dez docentes e por cinco elementos de outros corpos da ESD.

6 – Se no prazo referido no número anterior não surgirem candidaturas, iniciar-se-á um novo período igualmente de quinze dias, em que serão admitidas candidaturas subscritas por metade dos elementos indicados na alínea anterior.

7 – A audição pública dos/as candidatos/as, com apresentação e discussão do seu programa de ação, realiza-se obrigatoriamente nos cinco dias úteis anteriores à eleição, em reunião expressamente convocada para o efeito, não podendo ser apreciado qualquer outro ponto na ordem de trabalhos.

8 – Será eleito o/a candidato/a que, à primeira volta, obtenha a maioria dos votos dos membros do conselho de representantes, realizando-se uma segunda volta entre os/as dois/duas candidatos/as mais votados/as, no caso de tal não se verificar.

9 – Caso não haja candidaturas, a votação pode incidir sobre qualquer professor/a de carreira da ESD que não tenha previamente manifestado a sua indisponibilidade.

10 – Para efeitos de aplicação do número anterior, se na primeira votação não houver maioria, nem um mínimo de dois/duas professores/as com, pelo menos, dez por cento dos votos expressos, terão lugar votações sucessivas, com eliminação dos menos votados até que seja verificada aquela condição, sendo o/a presidente escolhido de entre esses professores, de acordo com o procedimento do n.º 7.

11 – No prazo de cinco dias, a presidente cessante comunicará o resultado das eleições ao Presidente do IPL, para efeitos de homologação e respetiva posse.

12 – Será dada posse ao/à presidente da ESD pelo/a Presidente do IPL, nos trinta dias subsequentes à referida homologação.

13 – Não podem ser eleitos para o cargo de presidente da ESD:

- a) Quem se encontre na situação de aposentado;
- b) Quem tenha sido condenado por infração disciplinar, financeira ou penal no exercício de funções públicas ou profissionais, nos quatro anos subsequentes ao cumprimento da pena;
- c) Quem incorra noutras inelegibilidades previstas na lei.

## Artigo 20.º

### Competências

1 – Compete ao/à presidente:

- a) Representar a ESD perante os demais órgãos da instituição e perante o exterior;
- b) Dirigir os serviços da ESD e aprovar os necessários regulamentos no âmbito da sua autonomia;
- c) Aprovar o calendário escolar e o horário das tarefas letivas, ouvidos o conselho técnico-científico e o conselho pedagógico;
- e) Executar as deliberações do conselho técnico-científico e do conselho pedagógico, quando vinculativas;
- f) Elaborar e submeter a aprovação superior o plano e respetivo relatório de atividades da ESD;
- g) Propor o valor das propinas;
- h) Atribuir prémios escolares, ouvidos o conselho técnico-científico e o conselho pedagógico;
- i) Exercer as funções que lhe sejam delegadas pelo Presidente do IPL;
- j) Exercer as demais funções previstas na lei ou nos presentes Estatutos.



**Artigo 21.º****Mandato**

O mandato do/a presidente tem a duração de quatro anos, podendo ser reeleito por mais um mandato.

**Artigo 22.º****Coadjuvação do/a presidente**

1 – O/A presidente pode ser coadjuvado/a por um máximo de dois/duas vice-presidentes.

2 – Os/As vice-presidentes são nomeados/as livremente pelo/a presidente de entre os/as docentes da ESD.

3 – Os/As vice-presidentes podem ser exonerados/as a todo o tempo pelo/a presidente e os seus mandatos cessam obrigatoriamente com a cessação do mandato deste/a.

**Artigo 23.º****Dedicação Exclusiva**

1 – O cargo de presidente é exercido em regime de dedicação exclusiva.

2 – O/A presidente e os/as vice-presidentes ficam dispensados da prestação de serviço docente durante os respetivos mandatos, sem prejuízo de, por sua iniciativa, o poderem prestar.

**Artigo 24.º****Incompatibilidades**

As funções de presidente e de vice-presidentes da ESD são incompatíveis com as de titular de qualquer outro órgão de governo da ESD.

**Artigo 25.º****Suspensão e Destituição do/a Presidente**

1 – Em situação de gravidade para a vida da instituição, o conselho de representantes, convocado pelo/a seu/a presidente ou por um terço dos seus membros, pode deliberar, por maioria de dois terços dos seus membros, a suspensão do/a presidente da ESD e, após o devido procedimento administrativo, por idêntica maioria, a sua destituição.

2 – São situações de gravidade para a vida da ESD, entre outras:

- a) Prática de ilegalidade grave no exercício das suas funções;
- b) Ações ou omissões que possam pôr em causa o futuro da ESD.

3 – As decisões de suspender ou de destituir o/a presidente só podem ser votadas em reuniões especificamente convocadas para o efeito e através de voto secreto.

**Artigo 26.º****Substituição do/a Presidente**

1 – Quando se verifique a incapacidade temporária ou suspensão do/a presidente, assume as suas funções o/a vice-presidente por ele/a designado/a, procedendo-se, na falta de indicação, em conformidade com o Código do Procedimento Administrativo.

2 – Caso a situação de incapacidade se prolongue por mais de 90 dias, o conselho de representantes deve pronunciar-se acerca da conveniência da eleição de um/a novo/a presidente.

3 – Em caso de vacatura, de renúncia ou de incapacidade permanente do/a presidente, deve o conselho de representantes determinar a abertura do procedimento de eleição de um/a novo/a presidente, no prazo máximo de oito dias.

4 – Enquanto durarem as situações previstas no número anterior, o cargo de presidente é exercido interinamente pelo/a presidente escolhido/a pelo conselho de representantes ou, na falta dele/a, pelo/a professor/a da ESD mais antigo/a de categoria mais elevada.

### SUBSECÇÃO III

#### **Conselho Técnico-Científico**

##### Artigo 27.º

##### **Composição**

1 – O conselho técnico-científico é constituído por quinze membros, com a seguinte composição:

a) Representantes eleitos, pelo conjunto dos/as:

i) Professores/as de carreira;

ii) Docentes com o grau de doutor, em regime de tempo integral, com contrato de duração não inferior a um ano, qualquer que seja a natureza do seu vínculo à instituição;

iii) Docentes com o título de especialista não abrangidos pelas alíneas anteriores, em regime de tempo integral com contrato com a instituição há mais de dois anos;

b) Representantes das estruturas de investigação reconhecidas e avaliadas positivamente, nos termos da lei, quando existam, correspondentes a 20 % dos membros referidos no n.º 1.

2 – Podem participar nas reuniões do conselho técnico-científico, sem direito a voto, membros convidados de entre:

a) Docentes da própria ESD, para além dos indicados nas alíneas anteriores;

b) Professores e investigadores de outras instituições;

c) Personalidades de reconhecida competência no âmbito da missão da ESD.

3 – Quando o número de pessoas elegíveis for inferior ao estabelecido no n.º 1, o conselho é composto pelo conjunto das mesmas.

##### Artigo 28.º

##### **Competências**

1 – Compete ao conselho técnico-científico, designadamente:

a) Elaborar e aprovar o seu regimento;

b) Apreciar o plano de atividades científicas da ESD;

c) Pronunciar-se sobre a criação, transformação ou extinção de centros de investigação.

d) Deliberar sobre a distribuição do serviço docente, sujeitando-a a homologação do/a presidente da ESD.

e) Pronunciar-se sobre a criação de ciclos de estudos e aprovar os planos de estudos dos ciclos de estudos ministrados;

f) Propor ou pronunciar-se sobre a concessão de títulos ou distinções honoríficas;

g) Propor ou pronunciar-se sobre a instituição de prémios escolares;

h) Propor ou pronunciar-se sobre a realização de protocolos, contratos, acordos e parcerias nacionais ou estrangeiras;

i) Propor a composição dos júris de provas e de concursos académicos;

j) Praticar os outros atos previstos na lei relativos à carreira docente e de investigação e ao recrutamento de pessoal docente e de investigação;

k) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas pela lei ou pelos estatutos.

2 – O conselho técnico-científico poderá delegar no/a seu /sua presidente o exercício de algumas das suas competências, sem prejuízo da possibilidade de avocar as deliberações tomadas ao abrigo da delegação para as ratificar ou revogar.

3 – Os membros do conselho técnico-científico não podem pronunciar-se sobre assuntos referentes:

a) A atos relacionados com a carreira de docentes com categoria superior à sua;

b) A concursos ou provas em relação aos quais reúnam as condições para serem opositores.

#### **Artigo 29.º**

##### **Eleição**

A eleição dos membros do conselho técnico-científico referidos no n.º 1 do artigo 27.º é efetuada por voto secreto e com carácter uninominal.

#### **Artigo 30.º**

##### **Presidência do Conselho Técnico-Científico**

1 – O/A presidente do conselho técnico-científico é eleito/a por maioria absoluta dos membros em efetividade de funções, na primeira reunião do órgão.

2 – Sob proposta do/a presidente do conselho técnico-científico, o conselho elege:

a) Um/a vice-presidente de entre os representantes do corpo docente cujo mandato coincide com o do/a Presidente e que o/a substitui nas suas faltas e impedimentos;

b) Um/a secretário/a.

3 – A presidência do conselho técnico-científico não pode ser acumulada com a de outros órgãos.

#### **Artigo 31.º**

##### **Mandatos**

1 – A duração do mandato do/a presidente do conselho técnico-científico é de quatro anos, podendo ser renovado por mais um mandato consecutivo.

2 – O mandato do/a secretário/a é de um ano, podendo ser renovado sem limitação.

3 – O mandato dos membros do conselho técnico-científico é de quatro anos, podendo ser reeleitos por uma ou mais vezes.

**SUBSECÇÃO IV****Conselho Pedagógico****Artigo 32.º****Composição**

O conselho pedagógico é constituído nos seguintes termos:

- a) Cinco representantes do corpo discente da ESD;
- b) Cinco representantes do corpo docente da ESD.

**Artigo 33.º****Eleição e Mandato**

1 – Os membros do conselho pedagógico são eleitos pelo conjunto dos seus pares, pelo sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt, nos termos de um regulamento eleitoral elaborado pelo próprio conselho.

2 – A eleição dos membros é efetuada por corpos e por voto secreto.

3 – As listas concorrentes às eleições para o conselho pedagógico devem conter o seguinte número de candidatos/as:

- a) As listas de docentes, cinco candidatos/as efetivos/as e entre três a cinco suplentes, cumprindo a legislação relativa às questões de paridade de género;
- b) As listas de estudantes, cinco candidatos/as efetivos/as e entre três a cinco suplentes, cumprindo a legislação relativa às questões de paridade de género;

4 – Na composição das listas de docentes e discentes deve ser respeitada, tanto quanto possível, a representatividade de docentes e discentes de todos os ciclos e cursos ministrados na ESD.

5 – O/A presidente do conselho pedagógico é eleito/a de entre os membros representantes do corpo docente, por todos os membros do conselho, por maioria absoluta.

6 – Sob proposta do/a presidente do conselho pedagógico, o conselho elege:

- a) Um/a vice-presidente de entre os/as representantes do corpo docente cujo mandato coincide com o do/a Presidente e que o/a substitui nas suas faltas e impedimentos;
- b) Um/a secretário/a.

7 – A duração do mandato do/a presidente do conselho pedagógico é de quatro anos, podendo ser renovado por mais um mandato consecutivo.

8 – O mandato do/a secretário/a é de um ano escolar, podendo ser renovado sem limitação.

9 – O mandato dos membros representantes do corpo docente no conselho pedagógico é de quatro anos, podendo ser renovado sem limitação.

10 – O mandato dos membros representantes do corpo discente no conselho pedagógico é de um ano escolar, podendo ser renovado enquanto perdurar a condição de discente.

**Artigo 34.º****Competências**

Compete ao conselho pedagógico:

- a) Pronunciar-se sobre as orientações pedagógicas e os métodos de ensino e de avaliação;
- b) Promover a realização de inquéritos regulares ao desempenho pedagógico da escola e a sua análise e divulgação;
- c) Promover a realização da avaliação do desempenho pedagógico do corpo docente, por estes e pelo corpo discente, e a sua análise e divulgação;
- d) Apreciar as queixas relativas a falhas pedagógicas, e propor as providências necessárias;
- e) Aprovar o regulamento de avaliação do aproveitamento do corpo discente;
- f) Pronunciar-se sobre o regime de prescrições;
- g) Pronunciar-se sobre a criação de ciclos de estudos e sobre os planos dos ciclos de estudos ministrados;
- h) Pronunciar-se sobre a instituição de prémios escolares;
- i) Pronunciar-se sobre o calendário escolar, os horários e os mapas de exames.
- j) Exercer as demais competências que lhe sejam conferidas pela lei e pelos presentes estatutos.

**SECÇÃO II****Órgãos de Direção e Coordenação Pedagógica, Artística e Científica****Artigo 35.º****Denominação**

1 – São órgãos de direção e coordenação pedagógica, artística e científica da ESD:

- a) Nos cursos de licenciatura e nos cursos de mestrado, os/as coordenadores/as de curso e as comissões científicas de curso;
- b) Nos cursos, de 1.º, 2.º ou 3.º ciclos, realizados em colaboração ou em associação com outras instituições de ensino superior, os/as representantes da ESD nas respetivas comissões científicas de curso.

**Artigo 36.º****Coordenador/a de Curso**

1 – A direção e coordenação pedagógica, artística e científica de cada curso cabe a um/a professor/a nomeado/a pelo/a presidente da ESD, obtido parecer favorável do conselho técnico-científico.

2 – Compete ao/à coordenador/a de curso:

- a) Assegurar o normal funcionamento do curso;
- b) Propor ao conselho técnico-científico os/as docentes das unidades curriculares do curso;

- c) Representar o curso junto dos órgãos de governo da ESD;
- d) Propor à/ao presidente da ESD o *numerus clausus* e as regras de ingresso no curso;
- e) Preparar as propostas de alteração do plano de estudos do curso, a submeter ao conselho técnico-científico;
- f) Coordenar os programas das unidades curriculares do curso e garantir o seu bom funcionamento;
- g) Garantir que os objetivos de aprendizagem das diversas unidades curriculares concorram para os objetivos de formação definidos no curso;
- h) Coordenar as atividades relacionadas com o estágio, o projeto, ou a dissertação no âmbito do respetivo curso;
- i) Propor à/ao presidente da ESD o calendário escolar e os horários das tarefas letivas;
- j) Exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas por inerência.

3 – Para o exercício das suas competências, o/a coordenador/a do curso dispõe da colaboração da comissão científica de curso, que funciona na sua dependência. Sempre que se justifique, poderá a direção de vários cursos ser exercida conjuntamente pelo/a mesmo/a coordenador/a e comissão científica de curso.

4 – O mandato do/a coordenador/a de curso é igual, em duração, ao número de semestres do curso que coordena. O/a coordenador/a de curso pode exercer, no máximo, dois mandatos consecutivos.

5 – Ao/À coordenador/a de curso não poderá, salvo se a seu pedido e revogável no termo de cada trimestre ou semestre, ser atribuído serviço docente em número de horas superiores ao mínimo legalmente permitido, tomando como referência a carga letiva máxima de 12 horas letivas por semana.

### Artigo 37.º

#### **Comissão Científica de Curso**

1 – A comissão científica de curso é constituída pelo/a coordenador/a do curso, que preside, e por dois/duas professores/as do curso designados pelo/a respetivo/a coordenador/a, ouvido o conselho técnico-científico.

2 – Compete à comissão científica de curso coadjuvar o coordenador de curso nas atividades de coordenação pedagógica, artística e científica do curso, nomeadamente:

- a) Dar parecer sobre todos os assuntos para que seja consultada;
- b) Colaborar na elaboração das propostas de *numerus clausus* e das regras de ingresso no curso;
- c) Colaborar na preparação das propostas de alteração do plano de estudos do curso a submeter ao conselho técnico-científico;
- d) Participar na coordenação dos programas das unidades curriculares do curso, garantindo o seu bom funcionamento;
- e) Colaborar com o/a coordenador/a de curso nas demais funções que lhe estejam atribuídas.

3 – Os/as docentes membros da comissão científica de curso terão uma redução de duas horas na atividade letiva semanal para o exercício das suas funções junto da comissão. A redução pode elevar-se a quatro horas semanais caso o/a docente integre mais do que uma comissão

**SECÇÃO III****Serviços****Artigo 38.º****Estruturas de apoio à comunidade educativa e aos órgãos de governo da ESD**

1 – Para o cumprimento da sua missão e prossecução dos seus objetivos e atribuições, a ESD dispõe de serviços técnicos e administrativos.

2 – Os serviços são estruturas permanentes vocacionadas para o apoio administrativo, técnico, pedagógico e logístico às atividades da ESD.

3 – A ESD dispõe dos seguintes Serviços:

A) Serviços Administrativos que incluem:

- a) Setor Académico;
- b) Setor Financeiros;
- c) Recursos Humanos;

B) Serviços Técnicos e Logísticos que integram:

- a) Biblioteca;
- b) Centro de Produção;
- c) Centro de Recuperação Física;
- d) Setor de Apoio Operacional.

4 – Os serviços são dirigidos por um/a Coordenador/a de Serviços, nomeado nos termos da lei.

5 – A ESD dispõe igualmente de gabinetes que são unidades de assessoria e apoio técnico à gestão da Escola.

6 – Os gabinetes existentes são:

- a) Gabinete de Relações Internacionais;
- b) Gabinete de Apoio à Qualidade.

7 – Os serviços e gabinetes devem valorizar a boa gestão, pautando-se por objetivos de eficácia, eficiência e economicidade, e atuar em obediência aos princípios da legalidade, da prossecução do interesse público e da desburocratização e modernização administrativa.

**Artigo 39.º****Competências e funcionamento dos serviços e gabinetes**

1 – O Sector Académico (SA), exerce a sua ação nos domínios da vida escolar dos/das estudantes dos cursos ministrados pela ESD.

2 – Os Serviços Financeiros (SF) compreendem:

a) O Sector de Contabilidade (SC), responsável pelo registo das operações de contabilidade da ESD, emissão de mapas e relatórios de gestão financeira;

b) O Sector de Tesouraria (ST), responsável pelo recebimento de fundos, controlo do fundo de maneiio, pagamentos e depósitos bancários;

c) O Econmato (ECONO), com funções inerentes ao acompanhamento e gestão de *stock* de econmato, receção e conferência de materiais, entrega de materiais de econmato aos diferentes utilizadores.

3 – O Sector de Recursos Humanos (SRH), que desenvolve as ações necessárias à gestão administrativa da relação laboral dos seus trabalhadores, independentemente do tipo de vínculo ou da carreira.

4 – A Biblioteca (B) tem como incumbência promover e facilitar o acesso e a difusão dos recursos de informação que servem de suporte às atividades de docência, estudo e investigação da ESD.

5 – O Centro de Produção (CP) é responsável pelo apoio logístico e técnico a eventos organizados e/ou acolhidos pela ESD, por assegurar a comunicação e o relacionamento institucional, pela promoção e divulgação das atividades mais relevantes no quotidiano da ESD, aquisição e processamento informático de dados, construção e manutenção da página da *internet*.

6 – O Centro de Recuperação Física (CRF) tem como função tratar lesões decorrentes da prática da dança, com carácter menos grave e de atendimento imediato e, em caso de necessidade, proceder ao encaminhamento para o médico especialista.

7 – O Setor de Apoio Operacional (SAO) exercem as suas funções a nível de expediente, serviço de rua, acompanhamento de trabalhos de manutenção das instalações e da dinâmica escolar, gestão do guarda-roupa destinado aos trabalhos dos/as alunos/as e espetáculos promovidos pela ESD.

8 – O Gabinete de Relações Internacionais, que é responsável pelo desenvolvimento das relações da ESD com entidades estrangeiras, nomeadamente, no âmbito dos programas de internacionalização e mobilidade dos docentes, pessoal técnico, administrativo e de gestão e alunos. Este gabinete poderá ser dirigido por uma chefia intermédia, por um técnico superior ou por um docente designado pelo/a Presidente da Escola, o qual terá uma redução de 4 horas na atividade letiva semanal para o desempenho desta função.

9 – O gabinete de Apoio à Qualidade, que tem por missão implementar, acompanhar e apoiar o sistema de avaliação da qualidade do ensino e dos serviços da Escola. Este gabinete poderá ser dirigido por uma chefia intermédia ou por um técnico superior.

10 – Para coordenação de um ou mais gabinetes, setores e afins, podem ser criados, por deliberação do/a presidente do IPL, sob proposta do/a presidente da ESD, cargos de direção intermédia, de 2.º grau, com vista à otimização das relações dinâmicas internas e de acordo com necessidades de medidas gestionárias.

11 – Os/As titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau dirigem gabinetes, setores e afins que, pela sua dimensão ou elevado grau de responsabilidade exigido o justifiquem, reportando diretamente à respetiva direção intermédia de 1.º grau ou, na sua inexistência, diretamente ao/à presidente da ESD e garantindo o alinhamento de atividade da unidade com os princípios definidos pela hierarquia.

12 – Os/As titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau são nomeados/as por despacho do/a Presidente do IPL nos termos do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços da Administração Pública, Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

13 – Para coordenação de um ou mais gabinetes, setores e afins, podem ser criados cargos de direção intermédia de 3.º e 4.º graus.

14 – Os/As titulares de cargos de direção intermédia de 3.º, 4.º graus são nomeados por despacho do/a Presidente do IPL nos termos do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços da Administração Pública, Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

15 – Compete ao/à presidente da ESD a supervisão dos serviços, conforme disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º dos presentes estatutos.



**SECÇÃO IV****Estruturas de Investigação e Criação Artísticas****Artigo 40.º****Criação e Natureza**

- 1 — A ESD pode dispor de estruturas de investigação e criação artísticas;
- 2 — A criação e ou extinção das estruturas de investigação e criação artísticas são da competência do/a presidente, mediante parecer favorável do conselho técnico-científico.
- 3 — As estruturas de investigação e criação artísticas podem estabelecer contactos com entidades exteriores à ESD através de celebração de protocolos, convénios e contratos para a realização de ações de investigação e criação artísticas.

**CAPÍTULO III****Disposições Finais e Transitórias****Artigo 41.º****Mandatos do pessoal dirigente e dos membros dos órgãos da ESD**

- 1 — Os/As dirigentes e os membros dos atuais órgãos da ESD cujos mandatos não tenham cessado no momento da publicação dos presentes estatutos, completam os respetivos mandatos.

**Artigo 42.º****Revisão dos Estatutos**

- 1 — Os presentes Estatutos podem ser revistos:
  - a) Quatro anos após a sua entrada em vigor;
  - b) Em qualquer momento, por deliberação de dois terços dos membros do conselho de representantes em exercício efetivo de funções.

**Artigo 43.º****Entrada em vigor**

Os presentes Estatutos entram em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

319275055